



Número: **0800139-72.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **04/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                               |                    | Procurador/Terceiro vinculado                     |                             |
|--------------------------------------|--------------------|---|-----------------------------|
| OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO (AUTOR) |                    | ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)                 |                             |
| BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)           |                    | JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)                  |                             |
| Documentos                           |                    |   |                             |
| Id.                                  | Data da Assinatura | Documento   | Tipo                        |
| 18533<br>779                         | 04/01/2019 16:19   | <a href="#">Petição Inicial</a>                   | Petição Inicial             |
| 18533<br>782                         | 04/01/2019 16:19   | <a href="#">OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO</a>      | Outros Documentos           |
| 18533<br>784                         | 04/01/2019 16:19   | <a href="#">OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO-digi</a> | Outros Documentos           |
| 19511<br>824                         | 28/02/2019 14:44   | <a href="#">Despacho</a>                          | Despacho                    |
| 20202<br>471                         | 01/04/2019 13:15   | <a href="#">Petição</a>                           | Petição                     |
| 23605<br>751                         | 17/08/2019 17:00   | <a href="#">Expediente</a>                        | Expediente                  |
| 28278<br>854                         | 14/02/2020 12:07   | <a href="#">Despacho</a>                          | Despacho                    |
| 28362<br>722                         | 17/02/2020 17:32   | <a href="#">Ato Ordinatório</a>                   | Ato Ordinatório             |
| 28477<br>665                         | 20/02/2020 14:27   | <a href="#">Mandado</a>                           | Mandado                     |
| 28478<br>459                         | 20/02/2020 14:37   | <a href="#">Expediente</a>                        | Expediente                  |
| 28478<br>460                         | 20/02/2020 14:37   | <a href="#">Mandado</a>                           | Mandado                     |
| 28550<br>091                         | 26/02/2020 14:23   | <a href="#">Certidão Oficial de Justiça</a>       | Certidão Oficial de Justiça |
| 28550<br>258                         | 26/02/2020 14:23   | <a href="#">ID 28478460</a>                       | Devolução de Mandado        |

ANEXO



Buscar no site

A  
COMPANHIA

SEGURO  
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICAS

SALA DE  
IMPRESSA

TRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3180279340 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO

CPF/CNPJ: 09465660469

Posição em 03-09-2018 11:03:08

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Clique Aqui (<https://www.segip.pt/pedidos/consultar>) seu pedido de indenização.

| Data do Pagamento | Valor da Indenização | Juros e Correção | Valor Total  |
|-------------------|----------------------|------------------|--------------|
| 04/09/2018        | R\$ 2.362,50         | R\$ 0,00         | R\$ 2.362,50 |

*Osvaldo Calixto de Lima Neto*

Histórico das correspondências enviadas

| Data da Carta | Referência           | Ver Carta   |
|---------------|----------------------|---|
| 17/08/2018    | Exigência Documental | <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/4kF8MqGnCEYUVkLynFok9w=api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/4kF8MqGnCEYUVkLynFok9w=api_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=</a> |
| 21/07/2018    | Exigência Documental | <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/wEH17Ed+VvdKIE5onjeaWwapi_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/wEH17Ed+VvdKIE5onjeaWwapi_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=</a>   |
| 22/06/2018    | Exigência Documental | <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/9zsjxUg4GLQFd30OsExFQapi_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/9zsjxUg4GLQFd30OsExFQapi_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=</a>     |
| 22/06/2018    | Aviso de Sinistro    | <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/B96ncx2ug+hwHDbFGdS5AQapi_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/B96ncx2ug+hwHDbFGdS5AQapi_key=2EUxO2SGR89AycdPswx__qxohxf0nH1yH4cXaEObmDs0=</a>   |



# Duarte e Silva Advogados Associados

Av. Maria Rosa 58, Manaiá, João Pessoa/PB  
(83) 35128500. (83) 987326367. (83) 986602858.

## PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Osvaldo Calisto de Lima TELEFONE 99854-2780

ESTADO CIVIL Casado PROFISSÃO Agricultor

CPF 094.656.604-88 ENDEREÇO 3671.666

R. 222 - Quadra Antonio - Fúcio 12 - mangueira

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

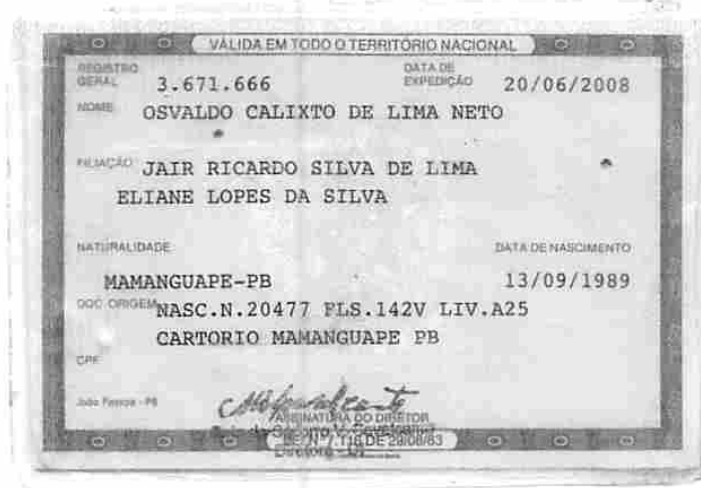
## GRATUIDADE JUDICIÁRIA

*Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.*

João Pessoa, 06 de Outubro de 2017

(OUTORGANTE) x Osvaldo Calisto de Lima Neto





**Pagamento de sua conta de energia através do débito automático é mais cômodo e seguro.**

**Procure o seu banco ou acesse a internet.**

A autenticação mecânica

| Distribuição            | Valor (%) |
|-------------------------|-----------|
| Energia de Distribuição | 0,78      |
| Energia de Transmissão  | 0,91      |
| %                       | 0,65      |

DATE: NOV 17 1977

| Histórico de Consumo (kWh) |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|----------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 219                        | 227 | 180 | 168 | 231 | 230 | 238 | 277 | 190 | 219 | 204 | 230 |

22/01/2018 R\$ 167,08

Média últimos meses (kWh)

[illegible][illegible]

| Item | Consumo nominal de 220V/4,0P | 7.000 0,730000 | 5,04 | 4,04 27 | 1,28 | 10,5 | 0,05 | 0,04 |
|------|------------------------------|----------------|------|---------|------|------|------|------|
| 0601 | Consumo nominal de 220V/4,0P | 7.000 0,730000 | 5,04 | 4,04 27 | 1,28 | 10,5 | 0,05 | 0,04 |
| 0602 | Adm. Manutenção              |                |      |         |      |      |      |      |

[illegible][illegible]

| Anterior | Atual | Constante | Consumo | Dis |
|----------|-------|-----------|---------|-----|
|----------|-------|-----------|---------|-----|

[illegible]

M-10-689, de 28 de abril de 2007

5/785626-3

|            |            |            |            |
|------------|------------|------------|------------|
| Jan / 2018 | 15/01/2018 | 14/02/2018 | 7391147044 |
|------------|------------|------------|------------|

ALIMENTANDO AO CLIENTE ENERGISA 0800 083 0196 Acesse [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Região B-14-175-1380 - N° médio 0000573475

[illegible]

sso/ConsultaDocumento/listView.seam?x=190104161759315000000018035978  
161759315000000018035978

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19010416175931500000018035978>

Segurança e da Defesa Social  
1ª Superintendência Regional de Polícia  
7ª Delegacia Seccional de Polícia Civil  
Delegacia da Comarca de MAMANGUAPE

GOVERNO  
DA PARAIBA



# BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 01/2018

Ocorrência nº. 0263/2018

Aos DEZEMBE dias de FEVEREIRO de DOIS MIL E DEZOTO, nesta cidade de MAMANGUAPE/PB, n. Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a). JAIME JOSÉ CAVALCANTE DI MATOS, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrev(o) Ad Hoc EURIBES FAGUNDES DE OLIVEIRA, a

por volta 14h:48min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO**, conhecido por , Identidade nº 3671666-SSP/PB, CPF nº 094656650469, nacionalidade brasileiro, estado civil: solteiro, profissão: autônomo, filho(a) de Jair Ricardo Silva De Lima E Eliane Lopes Da Silva, natural de Mamanguape/PB, nascido(a) em 13/09/1989 (28 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Vereador Antonio Lucio, 12, Cidade Nova, tendo como ponto de referência: , na cidade de MAMANGUAPE/PB, fone(s) para contato (83) 996813624.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

## 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;

2) DATA DO FATO: 07 de setembro de 2017;

3) HORÁRIO: 18h:30min;

4) LOCAL: BR101-PROXIMO AO POSTO SETA nº

5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCÍSIO BURITY, João Pessoa/PB;

6) O COMUNICANTE/VITIMA CONDUZIA O VEÍCULO? SIM;

7) SENDO Q(A) COMUNICANTE CONDUCTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? SIM;

8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VITIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS? SIM

## 6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:

Veículo marca/modelo: HONDA/BIZ 125 ES, cor: ROSA, placa: NPU0890/PB, ano: 2009/2010, chassi: 9C2JC4220AR004471 em nome de SIONE CONCEIÇÃO SILVA

## 8) BREVE RESUMO DO FATO:

QUE estava conduzindo a motocicleta descrita, no local em referência, quando estava se dirigindo ao colocar em alerta pra entrar em outra rua que liga a BR, outra motocicleta colidiu com a sua deixando o noticiante ao solo, QUE o comunicante sofreu acidente de trânsito e o outro condutor depois pegou a sua motocicleta e evadiu-se do local sem prestar socorro, QUE o noticiante após o acidente foi por conta própria ao Hospital Geral de Mamanguape e em seguida removido ao COMPLEXO HOSPITALAR Mangabeira Gov. Tarcísio Burit de João Pessoa onde evidenciou-se segundo laudo médico com FRATURA DIAFISÁRIA DA RADIO-CID-SS2.3, QUE foi submetido a cirurgia e recebeu alta hospitalar no dia 13/09/2017.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrev(o) que digitei.

*Osvaldo Calixto de Lima Neto*  
OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO  
Comunicante

EURIBES FAGUNDES DE OLIVEIRA  
ESCRIVÃO Ad Hoc - Mat. nº 5764

Rua Escritor Lima Pinto nº 18, Campo, Mamanguape/PB telefone: 3292-2604



## CERTIDÃO

Nº. 0032/2018

Atendendo solicitação de GISELE LOPES TEIXEIRA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº59179 e Prontuário Nº 2017.09.000958 pertencentes a **OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO** que foi atendido dia 07/09/2017 às 20H57min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em antebraço esquerdo.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de galeazzi esquerda. Realizado procedimento cirúrgico dia 13/09/2017 com alta médica dia 13/09/2017.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 09 de janeiro de 2018

*Rosângela M. Escorel Almeida*  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/ 3883





## FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

|  |                                    |  |  |
|--|------------------------------------|--|--|
| <b>Nome:</b> <u>Guilherme Adalberto</u>          |                                    | <b>Data da Admissão:</b> <u>    </u> / <u>    </u> / <u>    </u> |  |
| <b>Prontuário:</b> <u>                    </u>   | <b>Idade:</b> <u>            </u>  | <b>Enfermaria:</b> <u>                    </u>                   | <b>Leito:</b> <u>            </u>                                  |
| <b>Nome da Mãe:</b> <u>                    </u>  |                                    | <b>Bairro:</b> <u>                    </u>                       |  |
| <b>Endereço:</b> <u>                    </u>     |                                    | <b>Profissão:</b> <u>                    </u>                    |  |
| <b>Cidade:</b> <u>                    </u>       | <b>Estado:</b> <u>            </u> | <b>Fone:</b> <u>            </u>                                 | <b>Religião:</b> <u>            </u>                               |
| <b>Sexo:</b> F ( ) M ( )                         | <b>Cor:</b> <u>            </u>    | <b>Estado Civil:</b> <u>            </u>                         | <b>Data de Nascimento:</b> <u>    </u> / <u>    </u> / <u>    </u> |
| <b>Escolaridade:</b> <u>                    </u> |                                    |  |  |

**QPD:**                     

**HDA:** Dor no abdômen E após alimentação  
SOL. RX.  
Ex-LX glicozí e (Expost) Aguardando  
tratamento ambulatorio.

**Medicações em uso:**                     

**Interrogatório Sintomatológico:**

**Geral:** ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso      Kg em      ☐ Prurido ☐ Sudorese  
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros:                     

**Pele:**                     

**Cabeça e Pescoco:** ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe  
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia ☐ Audição:              ☐ Visão:             

**AR e ACV:** ☐ Dor                      ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise  
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema                      ☐ Outros:                     

**ABD:** ☐ Dor                      ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematêmese ☐ Náuseas  
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

**AGU:** ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria  
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras:                     

**SME:** ☐ Dor                      ☐ Rigidez pós-reposou ☐ Deformidades  
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

**SN e PSO:** ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade                       
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor                     

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA  
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITTY  
AUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N  
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980  
FAX: ( ) - CNPJ:

Ficha Nr: 59179 Atd: Nao Regular  
Data: 07/09/2017  
Hora: 20:57:32  
Recepcionista: GABRIELA DA COSTA SER  
Clinica: ORTOPEdia

DADOS DO PACIENTE

Nome: OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO Num. de vezes atendido: 1  
CNS: 166052255630000 Sexo: M IDENTIDADE: 3671666 Fone: 988973468  
Natural: MAMANGUAPE/PB Data Nasc.: 12/09/1989 Id: 28 ano(s)  
End.: RUA ANTONIO LUCIO QUADRA 02 LOTE 12,00BAIRRO: CIDADE NOVA  
Bairro: CENTRO Cidade: MAMANGUAPE UF: PB  
Mae: ELIANE LOPES DA SILVA Pai: JAIR RICARDO SILVA DE LIMA  
Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO  
Ocupação: AUTONOMO Estado Civil: NAO INFORMADO  
INACOES DE ENTRADA Escolaridade: NAO INFORMADO  
Resp.: MAE  
Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD  
Pr edencia: HOSPITAL MAMANGUAPE

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO  
Vitima de acidente por: QUEDA DE MOTO AS 16:00/MAMANGUAPE  
Vitima de violencia por: NAO  
[ ] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

|            |         |                       |               |
|------------|---------|-----------------------|---------------|
| PA:        | FR:     | [ ] Aparentemente Bem | [ ] Grave     |
| FC:        | TP:     | [ ] Politraumatizado  | [ ] Convulsao |
| Peso:      | Altura: | [ ] Hemorragia        | [ ] Dispineia |
| Gl osmia:  | IMC:    | [ ] Diarreia          | [ ] Agitado   |
| Circ. Abd: | O2%:    | [ ] Regular           | [ ] Chocado   |
|            |         | [ ] Vomito            |               |

Queixa Principal

Observacao

Vitima de colisao moto x moto, com Trauma em antebraço E

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente vitima de acidente de trânsito com  
trauma no antebraço esquerdo. Necessita de  
tratamento.

Diagnostico

Conduta

Fx-Lx Radio

mt. Pl/ao

Prescricao

Horario da medicacao

curativo.

do braço esquerdo.  
curativo e de



|   |         |      |                                    |           |              |
|---|---------|------|------------------------------------|-----------|--------------|
| Nome: OSVALDO CALISTO DE LIMA NETO  |         |      |                                    | Registro: |              |
| Idade: 28 A   | Sexo: M | Cor: | Clínica:<br><i>Traumatologia</i>   | EMP:      | LR:          |
| Data: 13 / 09 / 2017  |         |      | Cirurgião: <i>Alexandre Galvão</i> |           |              |
| 1º Assistente: <i>Jorge Augusto</i>   |         |      | 2º Assistente:                     |           |              |
| Anestesista:  |         |      | Instrumentador:                    |           |              |
| DIAGNÓSTICO(S) PRÉ-OPERATÓRIO   |         |      |                                    |           | CID          |
| <i>Fratura diafisária do rádio</i>  |         |      |                                    |           | <i>S52.3</i> |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
| DIAGNÓSTICO(S) PÓS-OPERATÓRIO   |         |      |                                    |           | CID          |
| <i>O mesmo</i>  |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
| PROCEDIMENTO(S) CIRÚRGICO(S)  |         |      |                                    |           | CÓDIGO       |
| <i>Osteossíntese do Antebraço</i>   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
| Acidente durante Ato Cirúrgico: 1 ( ) Sim 2 (X) Não   |         |      |                                    |           |              |
| Descreva:   |         |      |                                    |           |              |
|   |         |      |                                    |           |              |
| Biópsia de Congelação: 1 ( ) Sim 2 (X) Não  |         |      |                                    |           |              |
| Encaminhamento do paciente após Ato Cirúrgico:  |         |      |                                    |           |              |
| 1 (X) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico |         |      |                                    |           |              |



Dr. Jorge Augusto  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM 9127-PB  
Médico/CRM

Data: 13/09/2017

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Paciente em decúbito dorsal sob anestesia

Realizado garroteamento de membro superior

Assepsia + Antissepsia

Aposição de campos cirúrgicos estéreis

Incisão:

Incisão em região posterior de antebraço dorsolateral de Thompson

Dissecção por planos até foco de fratura

Afemostasia com eletrocautério

Achados:

Visualização de fratura da diáfise do rádio

Visualização de fratura da diáfise do ulna

Condução:

Realizada manobra de redução para rádio

Redução de fragmentos ósseos do rádio

Aposição de 01 Placa DCP 3.5mm + 06 parafusos corticais

Realizada manobra de redução pra ulna

Limpeza de ferida operatória com SF a 0,9%

Fechamento:

fechamento por planos de planos musculares, subcutâneo e pele

Curativo

Retirada de garrote de membro superior

Observada boa perfusão periférica

Tala axilopalmar gessada

OBS:

**Antecedentes Pessoais e Hábitos:**

Doenças Anteriores: \_\_\_\_\_

Alergias: \_\_\_\_\_

Cirurgias: \_\_\_\_\_ [ ] HTF

[ ] HAS [ ] DM [ ] TB [ ] HEP [ ] Dislipidemia [ ] Banho de Rio [ ] Casa de Taipa

[ ] Trauma [ ] Neo [ ] Tabagismo

[ ] Alcoolismo

Exercício Físico: \_\_\_\_\_ Alimentação \_\_\_\_\_

**Antecedentes Familiares:**

HAS \_\_\_\_\_ DM \_\_\_\_\_ TB \_\_\_\_\_ NEO \_\_\_\_\_

Dislipidemias \_\_\_\_\_

**Exame Físico:**

Peso: \_\_\_\_\_ Kg Altura: \_\_\_\_\_ m IMC = \_\_\_\_\_ PA = \_\_\_\_\_ mmHg

FC = \_\_\_\_\_ FR = \_\_\_\_\_ TEMP(°C) = \_\_\_\_\_

Geral: \_\_\_\_\_

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): \_\_\_\_\_

Gânglios: \_\_\_\_\_

Pele: \_\_\_\_\_

ACV: \_\_\_\_\_

AR: \_\_\_\_\_

ABD: \_\_\_\_\_

AGU: \_\_\_\_\_

SME: \_\_\_\_\_

SN: \_\_\_\_\_

Resultados de Exames Complementares: \_\_\_\_\_

Hipóteses Diagnósticas: Fx - Lx galleggi Exp. E

Conduta: Ho curativo



## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

|   |        |                         |   |                      |       |
|---|--------|-------------------------|---|----------------------|-------|
| NOME OSVALDO CALISTO DE LIMA NETO   |        |                         |   | PRONTUÁRIO Nº        |       |
| IDADE 28 A  | SEXO M | COR                     | CLÍNICA<br><i>Ortopedia</i>   | ENF.                 | LEITO |
| DATA DE ADMISSÃO 07/09/2017   |        | DATA DE ALTA 13/09/2017 |   | TEMPO DE PERMANÊNCIA |       |
| DIAGNÓSTICO INICIAL<br><i>Fratura Diafisária do Rádio</i>   |        |                         |   | CID<br>S52.3         |       |
| DIAGNÓSTICO DEFINITIVO<br><i>O mesmo</i>  |        |                         |   |                      |       |
| OUTROS DIAGNÓSTICOS   |        |                         |   |                      |       |
| PRINCIPAIS EXAMES<br><i>Rx de antebraço demonstrando solução de continuidade óssea da diáfise do rádio</i>  |        |                         |   |                      |       |
| TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA   |        |                         |   |                      |       |
| ANATOMIA PATOLÓGICA   |        |                         |   |                      |       |
| INFECÇÃO DE F.O. <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO   |        |                         | COLETA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO                                  |                      |       |
| RESULTADO BACTERIOLOGIA   |        |                         |   |                      |       |
| CONDIÇÕES DE ALTA<br>(X) MELHORADO <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> CURADO <input type="checkbox"/>   |        |                         |   |                      |       |
| ÓBITO   |        |                         |   |                      |       |
| <b>RESUMO CLÍNICO</b> <small>(HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)</small><br><i>Paciente portador(a) de fratura de rádio foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de osteossíntese com placas e parafusos. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.</i> |        |                         |   |                      |       |
| <b>ORIENTAÇÕES PÓS ALTA</b><br><b>ETA:</b> Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...<br><b>POUSO:</b> Relativo em casa por 15 dias.<br>Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.<br>Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.   |        |                         |   |                      |       |
| <b>CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:</b> Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.  |        |                         |   |                      |       |
| <b>MEDICAÇÕES PARA CASA:</b> <i>Deocil</i>  |        |                         |   |                      |       |
| <b>RETORNO:</b> Ao posto de saúde em 21 dias.<br>Ao ambulatório do <i>Complexo Hospitalar Mangabeira</i> em 21 dias para revisão.   |        |                         |   |                      |       |
| 13/09/2017<br>DATA  |        |                         | <br>ASS. MÉDICO / C.R.M. |                      |       |
| Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO   |        |                         |   |                      |       |





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO**, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 3671666 SSDS/PB e CPF de n.º 094.656.604-69, residente e domiciliado na rua Vereador Antônio Lucio, 12, Cidade Nova, Mamanguape/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.055.146/0001-93, que poderá ser citada no Parque Sólon de Lucena, nº 641, Centro, CEP 58013-131, João Pessoa – PB, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

## **1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente está sendo representado em juízo por advogado particular, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido, nesse sentido brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## **1.2 – DO FORO**

As vítimas de acidentes de trânsito agora podem optar por acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

A recentíssima Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*

**Ementa**  
**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL**  
**REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC.**  
**AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO**  
**OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR**  
**VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT.**  
**DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR**







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Processo nº REsp 1357813**

## **2) DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **07/09/2017**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve fratura de galeazzi esquerda, **que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 2.362,50 em 04/09/2018, conforme documentação acostada.**

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, afim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)**

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).***

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

**a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

**b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente hoje a perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;

**c) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**

**d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 18 de Setembro de 2018.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**ABSALÃO CORDEIRO DOS SANTOS NETO**  
**ESTAGIÁRIO**



### QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### ANEXO

|   |                        |
|---|------------------------|
| Danos Corporais Totais  | Percentual da Perda    |
| Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico   |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores  | 100                    |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés   |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior   |                        |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral  |                        |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica  |                        |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital |                        |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)  | Percentuais das Perdas |
| Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores   |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos   | 70                     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores  |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés   | 50                     |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar  | 25                     |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo   |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão  | 10                     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé  |                        |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)  | Percentuais            |





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais   | das Perdas |
|--|------------|
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50         |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral                        | 25         |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço  | 10         |







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800139-72.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a justiça gratuita.

Como é cediço, nas ações de cobrança do seguro obrigatório DPVAT o Autor poderá escolher, dentre três opções, o local onde ajuizará a demanda: se no foro do local do acidente, no foro de seu domicílio, ou foro do domicílio do Promovido.

Não obstante, a experiência prática demonstra que em ações congêneres, na hipótese em que o Autor reside em comarca diversa da qual elege para o ajuizamento da demanda, caso dos autos, o regular desenvolvimento do processo encontra entrave na realização da necessária prova pericial, indispensável para verificação e graduação da debilidade decorrente de acidente de trânsito, caso em que os advogados patrocinadores da causa normalmente informam a ausência de interesse em prosseguir com a demanda ou postulam pela remessa dos autos à comarca de domicílio do Promovente.

Sendo assim, em atenção às atribuições do art. 139, II e III, do CPC/2015, e considerando ciente a parte Autora do entrave que existe na realização da perícia em comarca distinta de seu domicílio, intime-se o Promovente, por intermédio de seu advogado, para, em 5 (cinco) dias, informar se pretende prosseguir com a demanda nesta comarca, advertindo-o que deverá arcar os ônus de eventual ausência na prova pericial designada.

Cumpra-se.

João Pessoa – PB, data e assinatura digitais.

Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVE  
DA CAPITAL.

JUSTIÇA GRATUITA

**OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO** -, já devidamente qualificada nos autos do processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo à determinação deste douto Juízo, informar que está ciente do despacho e requerer o prosseguimento do feito, **tudo por ser de inteira e lidima justiça.**

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 01 DE ABRIL DE 2019.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800139-72.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a justiça gratuita.

Como é cediço, nas ações de cobrança do seguro obrigatório DPVAT o Autor poderá escolher, dentre três opções, o local onde ajuizará a demanda: se no foro do local do acidente, no foro de seu domicílio, ou foro do domicílio do Promovido.

Não obstante, a experiência prática demonstra que em ações congêneres, na hipótese em que o Autor reside em comarca diversa da qual elege para o ajuizamento da demanda, caso dos autos, o regular desenvolvimento do processo encontra entrave na realização da necessária prova pericial, indispensável para verificação e graduação da debilidade decorrente de acidente de trânsito, caso em que os advogados patrocinadores da causa normalmente informam a ausência de interesse em prosseguir com a demanda ou postulam pela remessa dos autos à comarca de domicílio do Promovente.

Sendo assim, em atenção às atribuições do art. 139, II e III, do CPC/2015, e considerando ciente a parte Autora do entrave que existe na realização da perícia em comarca distinta de seu domicílio, intime-se o Promovente, por intermédio de seu advogado, para, em 5 (cinco) dias, informar se pretende prosseguir com a demanda nesta comarca, advertindo-o que deverá arcar os ônus de eventual ausência na prova pericial designada.

Cumpra-se.

João Pessoa – PB, data e assinatura digitais.

Juíza de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba  
6ª Vara Cível da Capital**

[ACIDENTE DE TRÂNSITO] 0800139-72.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Tem-se que no caso em apreço é necessária a realização de prova pericial para apuração da debilidade provocada por acidente de trânsito, consoante alegação exposta na petição inicial.

Sendo assim, **NOMEIO** como perita a médica Dra. **ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**, com endereço na **Rua Sebastião de Azevedo Bastos, 496, Manaíra, João Pessoa – PB**.

Como honorários periciais fixo o valor de **R\$ 200,00** (duzentos reais), conforme termos do Convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJ/PB.

**Intime-se** a seguradora para efetuar o pagamento dos honorários arbitrados.

**Para realização da perícia, a ocorrer na sala de audiências deste Juízo, designe-se data.**

Proceda-se à intimação das partes e de seus advogados para comparecerem no dia, hora e local indicados para a realização da perícia, **facultando ao Autor a apresentação de documentos médicos que auxiliem na prova pericial.**

**Intime-se o(a) Autor(a) por meio de advogado, advertindo-o que a ausência na perícia poderá ensejar a ocorrência de preclusão e, conseqüentemente, no julgamento do feito com as provas que constam nos autos.**

Sendo o caso, encaminhem-se à perita cópia dos documentos necessários.

**Designe-se audiência de conciliação a ser realizada na mesma data e no mesmo local da perícia designada. Utilizando-se do mesmo expediente, intem-se as partes para comparecerem.**

**Cientifiquem-se** as partes de que o comparecimento na audiência, devidamente acompanhadas de seus advogados, é obrigatório, sendo a ausência injustificada considerada ato atentatório à dignidade da justiça, ficando desde logo sancionada multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa à parte que injustificadamente não se fizer presente na audiência.



Cumpra-se na íntegra.

João Pessoa - PB, data e assinatura digitais.

**Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara**

Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
6ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

|               |                           |           |                           |
|---------------|---------------------------|-----------|---------------------------|
| Número        | do                        | Processo: | 0800139-72.2019.8.15.2001 |
| Classe:       | PROCEDIMENTO              | COMUM     | CÍVEL (7)                 |
| Assunto:      | [ACIDENTE                 | DE        | TRÂNSITO]                 |
| Polo ativo:   | AUTOR: OSVALDO            | CALIXTO   | DE LIMA NETO              |
| Polo passivo: | RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A |           |                           |

#### ATO ORDINATÓRIO - ESFORÇO CONCENTRADO

Nos termos do Art. 93, inciso XIV da Constituição Federal, bem como de acordo com as prescrições do Art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração e ainda da Portaria 01/2017 do Gabinete da Juíza Titular desta Unidade Judiciária, **designo o dia 25 de março de 2020, a partir das 13hs:30min.**, para realização da perícia, na sala de audiências deste Juízo, pela médica perita desde Juízo, Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva; com intimação das partes e de seus advogados para comparecerem no dia, local e hora acima indicados, para realização da perícia seguida de audiência conciliatória, facultado ao autor a apresentação de documentos médicos que auxiliem na prova pericial, advertindo-os que deverão arcar com os ônus de eventual ausência ao exame pericial, e, consequentemente no julgamento da lide no estado em que se encontra, cientificando ainda a seguradora quanto aos honorários no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme termos do convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJPB. Dou fé.

João Pessoa, 17 de fevereiro de 2020

Izaura Gonçalves de Lira

Chefe de Cartório

**6ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**

Nº do processo: 0800139-72.2019.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUDIÊNCIA - AUTOR)**

A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível da Capital manda ao Oficial de Justiça que, em cumprimento a este, intime a Sr. OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO, CPF/MF 094.656.604-69, com endereço na RUA VEREADOR ANTONIO LUCIO, No. 12 CIDADE NOVA, MAMANGUAPE/PB, para comparecer a sala 319 da 6ª. Vara Cível da Capital, para a realização da perícia médica, designada para o dia 25 de março de 2020, a partir das 13hs:30min, munido de todos os documentos médicos que auxiliem na prova pericial, advertido-lhe de que deverá arcar **com os ônus de eventual ausência na perícia, e, conseqüentemente, no julgamento da lide no estado em que se encontrar.** Ficando neste mesmo ato intimado **para a audiência de conciliação a ser realizada na mesma data e no mesmo local da perícia designada, Cientificando-lhe**, ainda de que o comparecimento na audiência, devidamente acompanhado de seu advogado, é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para transigir), sendo a ausência injustificada considerada ato atentatório à dignidade da justiça, ficando desde logo sancionada multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa à parte que injustificadamente não se fizer presente na audiência. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, em 20 de fevereiro de 2020.

De ordem, IZAURA GONCALVES DE LIRA

Chefe de Cartório.



Poder Judiciário da Paraíba  
6ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

|               |                           |           |                           |
|---------------|---------------------------|-----------|---------------------------|
| Número        | do                        | Processo: | 0800139-72.2019.8.15.2001 |
| Classe:       | PROCEDIMENTO              | COMUM     | CÍVEL (7)                 |
| Assunto:      | [ACIDENTE                 | DE        | TRÂNSITO]                 |
| Polo ativo:   | AUTOR: OSVALDO            | CALIXTO   | DE LIMA NETO              |
| Polo passivo: | RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A |           |                           |

#### ATO ORDINATÓRIO - ESFORÇO CONCENTRADO

Nos termos do Art. 93, inciso XIV da Constituição Federal, bem como de acordo com as prescrições do Art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração e ainda da Portaria 01/2017 do Gabinete da Juíza Titular desta Unidade Judiciária, **designo o dia 25 de março de 2020, a partir das 13hs:30min.**, para realização da perícia, na sala de audiências deste Juízo, pela médica perita desde Juízo, Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva; com intimação das partes e de seus advogados para comparecerem no dia, local e hora acima indicados, para realização da perícia seguida de audiência conciliatória, facultado ao autor a apresentação de documentos médicos que auxiliem na prova pericial, advertindo-os que deverão arcar com os ônus de eventual ausência ao exame pericial, e, consequentemente no julgamento da lide no estado em que se encontra, cientificando ainda a seguradora quanto aos honorários no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme termos do convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJPB. Dou fé.

João Pessoa, 17 de fevereiro de 2020

Izaura Gonçalves de Lira

Chefe de Cartório





6ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA

0800139-72.2019.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**Nome: OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO**

**Endereço: rua Vereador Antônio Lucio, 12, CIDADE NOVA, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58280-000**

**Nome: BRADESCO SEGUROS S/A**

**Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131**

### MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO (AUDIÊNCIA)

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, **CITO Nome: BRADESCO SEGUROS S/A. Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131**, para, no prazo de **15 (quinze) dias**, querendo, contestar a presente ação, nos termos do art. 334 e 335 do NCPC., cujo prazo terá início após a audiência de conciliação. **INTIMO-O(A)**, ainda, para comparecer no dia 25 de março de 2020, para realização da perícia, na sala de audiências deste Juízo, a partir das 13hs:30min. pela médica perita desde Juízo, Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva; Devendo apresentar quesitos e Assistentes Técnicos, se assim o desejar, bem como efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de 200,00 (duzentos reais), conforme termos do convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJPB. conforme termos do convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJPB. Cientificando-lhe de que o comparecimento na audiência, devidamente acompanhadas de seus advogados, é obrigatório, sendo a ausência injustificada considerada ato atentatório à dignidade da justiça, ficando desde logo sancionada multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa à parte que injustificadamente não se fizer presente na audiência.

JOÃO PESSOA-PB, 20 de fevereiro de 2020.

De ordem, **IZAURA GONCALVES DE LIRA**  
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ e DEMAIS DOCUMENTOS ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO, constante da chave de acesso abaixo

Documentos associados ao processo

| Título                            | Tipo              | Chave de acesso**             |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------------------|
| Petição Inicial                   | Petição Inicial   | 19010416182297900000018035975 |
| OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO      | Outros Documentos | 19010416175931500000018035978 |
| OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO-digi | Outros Documentos | 19010416180231900000018035980 |
| Despacho                          | Despacho          | 19022814435113300000018985742 |
| Petição                           | Petição           | 19040113150446800000019653123 |

|                 |                 |                               |
|-----------------|-----------------|-------------------------------|
| Expediente      | Expediente      | 19022814435113300000018985742 |
| Ato Ordinatório | Ato Ordinatório | 20021717324736800000027350832 |
| Mandado         | Mandado         | 20022014265848100000027458431 |

## CERTIDÃO

Certifico, que citei e intimei Bradesco Seguros S.A, na pessoa de Rosimary Soares Costa, conforme  
ciente exarado, que ficou com a contrafé. Dou fé.

João Pessoa, 26 de fevereiro de 2020.

Edimilson Pereira Barbosa



6ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA

0800139-72.2019.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Nome: OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO

Endereço: rua Vereador Antônio Lucio, 12, CIDADE NOVA, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58280-000

Nome: BRADESCO SEGUROS S/A

Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131

### MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO (AUDIÊNCIA)

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, CITO Nome: **BRADESCO SEGUROS S/A**. Endereço: **PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131**, para, no prazo de **15 (quinze) dias**, querendo, contestar a presente ação, nos termos do art. 334 e 335 do NCPC, cujo prazo terá início após a audiência de conciliação. **INTIMO-O(A)**, ainda, para comparecer no dia 25 de março de 2020, para realização da perícia, na sala de audiências deste Juízo, a partir das 13hs:30min. pela médica perita desde Juízo, Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva; Devendo apresentar quesitos e Assistentes Técnicos, se assim o desejar, bem como efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de 200,00 (duzentos reais), conforme termos do convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJPB. conforme termos do convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJPB. Cientificando-lhe de que o comparecimento na audiência, devidamente acompanhadas de seus advogados, é obrigatório, sendo a ausência injustificada considerada ato atentatório à dignidade da justiça, ficando desde logo sancionada multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa à parte que injustificadamente não se fizer presente na audiência.

JOÃO PESSOA-PB, 20 de fevereiro de 2020.

De ordem, **IZAURA GONCALVES DE LIRA**  
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ e DEMAIS DOCUMENTOS ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO, constante da chave de acesso abaixo

Documentos associados ao processo

| Título                       | Tipo              | Chave de acesso**             |
|------------------------------|-------------------|-------------------------------|
| Petição Inicial              | Petição Inicial   | 19010416182297900000018035975 |
| OSVALDO CALIXTO DE LIMA NETO | Outros Documentos | 19010416175931500000018035978 |

**Rosimery Soares Costa**  
Assistente Operacional  
8337/Sucursal João Pessoa - PB

|                                      |                      |                               |
|--------------------------------------|----------------------|-------------------------------|
| OSVALDO CALIXTO DE LIMA<br>NETO-digi | Outros<br>Documentos | 19010416180231900000018035980 |
| Despacho                             | Despacho             | 19022814435113300000018985742 |
| Petição                              | Petição              | 19040113150446800000019653123 |
| Expediente                           | Expediente           | 19022814435113300000018985742 |
| Ato Ordinatório                      | Ato Ordinatório      | 20021717324736800000027350832 |
| Mandado                              | Mandado              | 20022014265848100000027458431 |

Assinado eletronicamente por: **IZAURA GONCALVES DE LIRA****20/02/2020 14:37:41**<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>ID do documento: **28478460**

20022014374074800000027458869

[imprimir](#)

B: adescr: Sessuros...data -21--ev-2020-10-23-002971-1/1